



**SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO**

Rua Braamcamp nº 88 2º Dto. - 1269-111 Lisboa

Tel.: 213 860 055 / Fax: 213 860 785

E-mail: [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt) <http://www.ste.pt>

**À REDACÇÃO NACIONAL**

**COM O NOVO PROJECTO DE CARREIRAS:**

## **COMO VAI SER O RECRUTAMENTO?**

Vamos começar por clarificar a questão da MOBILIDADE.

Como você sabe, o Governo e os media que prontamente divulgam tudo o que o Governo diz, têm insistido na questão da MOBILIDADE.

Era o problema que o Governo queria resolver de modo a que trabalhadores a mais num Serviço pudessem satisfazer as necessidades de outro que estivesse carecido.

**Foi, como todos sabemos, o embuste melhor vendido dos últimos tempos.**

E bem às claras para quem quisesse desmascará-lo.

Viram algum órgão de comunicação social fazê-lo?

**E porque é que a aposta na mobilidade foi e é um embuste?**

**Em primeiro lugar** porque foi lançada com o PEC - Programa de Estabilidade e Crescimento que visava a redução da despesa com pessoal na Administração Pública, para o que foram adoptadas duas linhas de acção: congelamento das progressões e preparação de uma reestruturação de serviços para enviar pessoal para os supranumerários.



## SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

Rua Braamcamp n.º 88 2.º Dto. - 1269-111 Lisboa

Tel.: 213 860 055 / Fax: 213 860 785

E-mail: [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt) <http://www.ste.pt>

Aonde é que ficava a mobilidade? Na mobilidade especial, que é igual a supranumerários.

**Em segundo lugar**, portanto, o PRACE e a sequente reestruturação de serviços apostou no emagrecimento destes sob o apertado comando do Ministério das Finanças.

É o orçamento que decide a verba a disponibilizar a cada Serviço e a este só resta conformar o quadro do pessoal “escolhendo” os que deita fora.

É verdade que houve alguns membros do Governo que apareceram a afirmar que o Governo apostava na mobilidade na Administração como forma de satisfazer necessidades de pessoal.

E disseram-no sem corar, sabendo claramente que o que queriam e estavam a promover era outra coisa!

**Em terceiro lugar** uma leitura do projecto de “vínculos, carreiras e remunerações” diz-nos de imediato que **o que se está a promover é o funcionamento de cada Serviço com o mínimo de ligações com os outros.**

Desde logo, acabando com as carreiras enquanto conjunto de categorias a que os trabalhadores se podiam candidatar, de serviço para serviço, a razão primeira da mobilidade na Administração desaparece.

Com este projecto, portanto, o **Governo**, que dizia querer a mobilidade, **MATOU A MOBILIDADE!**



Como é possível que ninguém veja e desmascare as poses de auto contentamento de alguns governantes com a pseudo reforma que procuram “vender” todas as semanas?

**Sobra então o quê que ainda possa dar azo à mobilidade?**

**1º O recrutamento para ocupar postos de trabalho.**

Como começa por um **recrutamento interno**, qualquer trabalhador da Administração pode candidatar-se, mesmo os que estão em mobilidade especial.

Só que **o posicionamento do trabalhador escolhido numa das posições remuneratórias da categoria “é objecto de negociação com a entidade empregadora pública”**.

A entidade empregadora tanto **pode propor ao trabalhador colocá-lo num nível abaixo, como num nível acima** como, ainda, na base ou no topo!

Assim vai a transparência e a imparcialidade dos Serviços Públicos, reduzida a **“um negócio do dirigente do Serviço com o trabalhador a contratar”**, que até já trabalha num Serviço Público e é remunerado por um determinado nível.

**2º Mas há melhor.**

Sendo aberto um concurso e sabendo-se que o nível a atribuir ao trabalhador a admitir pode ser superior ao dos que estão ao serviço em determinada área funcional, **o projecto do Governo descobre a “pérola”**



## **SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO**

Rua Braamcamp n.º 88 2.º Dto. - 1269-111 Lisboa

Tel.: 213 860 055 / Fax: 213 860 785

E-mail: [ste@mail.telepac.pt](mailto:ste@mail.telepac.pt) <http://www.ste.pt>

**das regulamentações:** todos podem concorrer menos os que já estão no serviço na mesma área funcional!

**Estes não podem portanto ir ao concurso.**

E atente-se em que se o concurso for também aberto a pessoal não vinculado, os que estão no serviço, numa dada área funcional, poderão ter que ver cair-lhes ao lado um dos tais candidatos sem habilitações, “mas com formação e experiência profissional”, que pululam nos partidos do poder, colocados em níveis remuneratórios mais elevados.

Como é isto possível, perguntará você.

**Com “engenho, arte e despudor”, respondemos nós!**

E depressa. Porque o Governo quer ver isto resolvido no primeiro semestre para não ter que se preocupar com minudências destas no semestre da presidência portuguesa da UE.

Os contornos da Administração Pública que assim se pretende criar, desmantelando o que sobra da que temos, são preocupantes.

Pela fragilização e dependência dos trabalhadores que se promove – cada vez mais afastados da lei a que era suposto deverem obediência – mas, muito em especial, pelos Serviços Públicos para que se aponta.

**Mais fábricas descartáveis do que Serviços com perenidade para assegurarem os fundamentos do Estado Social que prosseguimos.**

Lisboa, 2007-05-31

A DIRECÇÃO